

Cooperativas Agropecuárias no Norte do Paraná: crescimento e capitalização da Valcoop e da Corol no período 1970-98*

Maria Eduvirge Marandola**
Antonio Carlos Lugnani***

RESUMO

Este artigo discute as transformações ocorridas no cooperativismo agropecuário do norte do Paraná, no período 1970-98, por meio da análise do processo de capitalização e crescimento de duas cooperativas originárias da economia cafeeira. Os resultados encontrados revelaram que essas cooperativas tiveram dois momentos: o primeiro, marcado por transformações internas profundas – crescimento estrutural, crescimento de capital próprio e resultados operacionais positivos; o segundo, caracterizado por crescimento estrutural inexpressivo, esgotamento da capacidade de gerar sobras e dificuldades de auto-sustentar-se. A partir desse segundo momento, observaram-se mudanças no ambiente, trazendo uma nova realidade para o setor.

Palavras-chave: agroindústria; inovações tecnológicas; políticas institucionais.

ABSTRACT

This article discusses the transformations occurred in the cattle raising and farming cooperative systems in Northern Paraná from 1970 to 1998, through analysing the capitalization and growth process of two cooperatives originated from the coffee plantation economy. The results revealed these cooperatives had two instances. The first instance is highlighted by deep internal transformations: structural growth, increase of its own capital and positive operational results. In the second one, the structural growth was not expressive, with low capacity to generate surplus and difficulty for self-support. From this second instance, it was possible to observe changes in the environment, bringing a new reality to this sector.

Key-words: farming industry; technological innovation; institutional policy.

*Este artigo é parte da dissertação de mestrado da autora orientada pelo co-autor.

**Professora do Centro Universitário Filadélfia (Unifil), Londrina. E-mail: mariaeduvirge@aol.com

***Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), professor titular do Departamento de Economia e do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: aclugnani@uem.br

INTRODUÇÃO

As cooperativas agropecuárias sofreram intensas transformações nas últimas décadas, as quais, de certa forma, acompanharam o que aconteceu no meio rural brasileiro. Inicialmente, essas transformações ocorreram em direção a um novo perfil operacional, para atender à demanda provocada pelos novos produtos oriundos do paradigma tecnológico da revolução verde. Ainda dentro desse processo, algumas cooperativas ingressaram no mercado agroindustrial.

A agricultura brasileira, a partir de meados da década de 60, sofreu profundas modificações resultantes de um novo padrão tecnológico, que substituiu a agricultura tradicional por uma agricultura tecnificada, denominado de modernização tecnológica. Dentre os fatores que contribuíram para a implementação dessa modernização, destaca-se a política de crédito rural, através da disponibilização de recursos oficiais fartos e subsidiados (FLEISCHFRESSER, 1988 e PEREIRA, 1992, 1995).

No Paraná, a modernização tecnológica da agricultura foi marcada, por um lado, pela política de erradicação dos cafezais, principalmente na Região Norte do Estado e, por outro, pela introdução das culturas temporárias mecanizadas, altamente dependentes de insumos modernos (FLEISCHFRESSER, 1988 e PEREIRA, 1992, 1995). Dadas as transformações da base agrícola, as cooperativas de café transformaram-se em cooperativas agropecuárias receptoras de cereais. Conforme a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR (1990), dentro do processo de modernização e na transição dessas cooperativas, órgãos governamentais buscaram estruturar um novo modelo de cooperativismo mais dinâmico e moderno. Houve a criação de cooperativas, bem como a redefinição da área de atuação, através da criação de três projetos integrados de cooperativismo, que dividiam o Paraná em três regiões, denominados: Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), Projeto Norte de Cooperativismo (Norcoop) e Projeto Sul de Cooperativismo (Sulcoop).

A inserção de algumas cooperativas no mercado agroindustrial, conforme relata IPARDES (1985), ocorreu de forma racional a partir da busca pela colocação de produtos no mercado em melhores condições de valorização, e apropriabilidade de maior fatia do excedente, via cadeia produtiva, esperando como resultado o aumento na geração de sobras e a repartição aos associados. Porém, dessa busca por maior excedente e sua efetiva concretização, surgem conflitos internos que, conforme MEDEIROS (1995), parecem evidenciar objetivos antagônicos. Ao ingressar na agroindústria, as cooperativas passaram a fazer parte de um mercado altamente competitivo, dominado por oligopólios. A dinâmica desse mercado requer constantes investimentos em inovação e diferenciação de produtos e, conseqüentemente, demanda um aporte crescente de capital. Assim, para a reprodução da tecnoestrutura, a agroindústria cooperativa deve priorizar a obtenção de lucros crescentes. No entanto, as cooperativas, por princípios doutrinários, não têm o lucro como objetivo principal. Dessa forma, de acordo com FLEURY (1983), as cooperativas se reproduziram no meio capitalista como estruturas híbridas e contraditórias. Nesse sentido, MEDEIROS (1995, 1998) argumenta que a cooperativa, enquanto comercializadora, possui base rochdaleana; que, enquanto agroindústria, compete num "complexo agroindustrial oligopolista" (*agribusiness*); e que, a partir dessa estrutura híbrida, surge uma fragilidade estrutural, fato que limita sua expansão contínua enquanto empresa cooperativa.

Essa fragilidade tornou-se mais intensa no paradigma tecnoeconômico atual, com a demanda crescente por novas tecnologias. Conforme BAPTISTA (1997), os ativos da empresa que conferem maior rendimento são o conhecimento e a tecnologia, mas estes apresentam

elevados custos de manutenção e graus limitados de flexibilidade. As cooperativas têm, portanto, desvantagens em relação às unidades produtivas capitalistas, pela própria forma como estão organizadas.

Ao estudar a tomada de decisões das empresas diante do dinamismo do ambiente capitalista, BAPTISTA (1997) ressalta que, embora essas decisões tenham determinado graus de incerteza, sendo, portanto, complexas e difíceis, há alguns balizamentos estruturais, tais como os paradigmas que assinalam as oportunidades e o ambiente institucional através de aparatos regulatórios e de políticas.

Durante a implementação do paradigma da modernização tecnológica, as cooperativas eram veículos privilegiados e, portanto, a barreira de capital era facilmente transposta uma vez que o Estado disponibilizava os recursos. Entretanto, conforme apontado por SILVA (1989), a base de sustentação do crédito rural subsidiado diluiu-se, ocorrendo uma redução drástica no seu volume. A partir daí, o cooperativismo agropecuário passou a disputar os recursos disponíveis em iguais condições com outras empresas. Constatam-se ainda mudanças na relação entre o Estado e o cooperativismo, através da autogestão, que ocorreu com a entrada em vigor da Constituição de 1988.

Nesse novo ambiente, mais competitivo e sem protecionismo, as cooperativas agropecuárias começaram a apresentar resultados operacionais declinantes e sinais de esgotamento da capacidade de auto-sustentar-se. Diante desses resultados, o segmento reivindicou uma ação estatal de apoio. Como resposta, o governo federal criou o Programa de Revitalização das Cooperativas (Recoop).

Os aspectos históricos apontam que o cooperativismo agropecuário viveu dois momentos distintos nas últimas décadas – um sob forte interferência estatal e outro sem a presença do Estado – e marcados por profundas transformações.

Dentro desse contexto, este artigo apresentará o comportamento do cooperativismo agropecuário através da análise da trajetória de duas cooperativas agropecuárias (Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda. - Valcoop e Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda. - Corol), localizadas na Região Norte do Estado do Paraná, no período compreendido entre 1970 e 1998. Ambas foram fundadas como cooperativas de cafeicultores e, na década de 70, transformaram-se em cooperativas agropecuárias receptoras de cereais. A Valcoop permaneceu como cooperativa de comercialização; a Corol diversificou-se, verticalizou suas atividades e, além da comercialização, atuou com processamento agroindustrial, tendo sido classificada como 21ª no Ranking das Cooperativas Brasileiras, que mensurou as 50 maiores do *agribusiness* no ano de 1998 (RANKING, 1998).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para traçar a trajetória da Valcoop e da Corol, utilizou-se a análise do processo de capitalização e crescimento, que seguiu os mesmos critérios adotados em outros estudos sobre empresas cooperativas (DELGADO, 1983, BENETTI, 1982 e MEDEIROS, 1995). Os dados contábeis foram transformados em valores reais e reunidos em três grupos: evolução do crescimento; autocapitalização e endividamento; e geração de sobras operacionais.

2.1 EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO

Esse indicador mostra o comportamento dos investimentos em capital fixo e ativo financeiro realizados pelas cooperativas, dado que os investimentos em imobilizações constituem a variável fundamental para determinar o ritmo e a forma de crescimento das mesmas. Numa linguagem contábil, as rubricas investimentos ou imobilizado financeiro e

imobilizado técnico ou operacional são componentes do ativo permanente¹. De acordo com ALMEIDA (1995), o ativo imobilizado constitui bens e direitos destinados à manutenção das atividades da sociedade ou exercidos com essa finalidade (terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, instalações, marcas e patentes, obras em andamento), sendo que essa conta se refere ao custo de aquisição mais correção monetária e menos depreciação, amortização ou exaustão. Os investimentos se referem às participações permanentes no capital social de outras sociedades, e outros direitos permanentes que não se destinem à manutenção das atividades da sociedade (investimentos em ações, quotas-partes em outras cooperativas, imóveis para aluguel, etc.) são considerados pelo custo de aquisição, mais correção monetária e menos provisão para perda. Neste trabalho, as contas investimentos e imobilizado foram consideradas dentro dos parâmetros estipulados anteriormente. O imobilizado inclui, portanto, a correção monetária tal como ela aparece nos balanços de 1977 até 1995 e subtrai o valor das depreciações. Os investimentos incluem correção monetária e provisão para perda.

2.2 AUTOCAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO

Demonstram a origem dos recursos que permitiram financiar os investimentos das cooperativas: oriundos da autocalcapitalização (internos) ou provenientes de terceiros (endividamento externo). O patrimônio líquido demonstra os recursos pertencentes aos cooperados e está dividido em capital social e reservas. O capital social das cooperativas tem origem nas quotas-partes que os cooperados integralizam ao se associarem às mesmas, e as reservas se dividem em reservas de capital e reservas de lucros.

As reservas de capital são geralmente formadas por: correções monetárias do patrimônio, reavaliações do ativo, (...) além de outras previstas no Artigo 1.982 da Lei nº 6.404. As reservas de lucros são aquelas decorrentes de lucros não distribuídos e que permanecem no patrimônio líquido como reforço do capital, aumentando assim o valor da quota de capital (FRANCO, 1989, p. 79).

Conforme ALMEIDA (1995), o patrimônio líquido será avaliado pelas contrapartidas dos valores registrados no ativo ou apurado na demonstração do resultado do exercício, mais correção monetária.

O capital de terceiros está registrado no passivo circulante e no passivo exigível em longo prazo. De acordo com ALMEIDA (1995), compõem o passivo circulante as obrigações que irão vencer no exercício social seguinte (fornecedores, empréstimos, impostos a pagar, encargos sociais a recolher, etc.); e o passivo exigível em longo prazo representa as obrigações que irão vencer após o término do exercício social seguinte (fornecedores em longo prazo, empréstimos em longo prazo, etc.), sendo que essas contas serão avaliadas pelo valor das obrigações efetivamente devidas.

2.3 GERAÇÃO DE SOBRES OPERACIONAIS

Busca identificar a geração de sobras, por produtos e setores dessas cooperativas. As receitas operacionais da cooperativa, menos as despesas operacionais, dão origem ao excedente ou ao lucro, numa linguagem capitalista. Desse lucro, extraem-se as reservas de lucros, que, conforme define FRANCO (1989), são aquelas decorrentes de lucros não distribuídos e que permanecem no patrimônio líquido como reforço de capital. Buscando identificar os produtos e serviços que contribuíram com maior proporção na geração das sobras nas cooperativas em estudo, calculou-se a participação percentual de produtos e serviços na formação das sobras operacionais.

¹O ativo permanente é composto por investimentos, imobilizado e diferido. O valor desse último está sendo excluído.

Durante o levantamento de dados foram encontradas algumas limitações, principalmente quanto aos dados primários relativos à década de 70, uma vez que essas cooperativas não eram informatizadas e, portanto, nem todas as séries de dados estavam disponíveis. Há também algumas distorções oriundas das mudanças nas práticas contábeis, principalmente nos planos econômicos.

Os dados primários são oriundos de: documentos contábeis, balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados de exercícios; relatórios de diretoria; atas de assembléias gerais ordinárias e extraordinárias; e estatutos sociais. Dessa forma, todas as informações quantitativas e qualitativas apresentadas neste artigo são originárias dos documentos mencionados anteriormente, salvo quando for citada outra fonte.

3 AGRICULTURA, ESTADO E COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

Antes de apresentar o comportamento das cooperativas, objeto deste estudo de caso, torna-se necessário tecer algumas considerações sobre as relações entre agricultura, Estado e cooperativismo agropecuário.

3.1 A AGRICULTURA NA DÉCADA DE 70

A atenção do poder público a partir da década de 60, conforme BARROS (1982), voltou-se para o setor agrícola, objetivando a estabilização da economia, ou seja, corrigir o desequilíbrio interno (inflação) e o desequilíbrio externo (balanço de pagamentos). Para atingir esses objetivos o Estado, via instrumentos institucionais, apostou no desempenho do setor primário.²

Em resposta às políticas voltadas para a agricultura, constataram-se profundas transformações no setor agrícola, que foram denominadas de modernização tecnológica. Como característica principal, observou-se a utilização intensiva no uso de capital, com mudanças na base técnica de produção no campo, principalmente na região centro-sul do país, dadas as características mais propícias dessa região para a expansão das culturas que estavam vinculadas às novas técnicas, a soja e o trigo.

A soja e o trigo constituíam o carro-chefe da modernização do centro-sul do país e, fundamentalmente, do Estado do Paraná. Esse interesse específico por soja e trigo ficou evidente através da concentração do montante de crédito agrícola destinado a esses produtos, cerca de 60% (PEREIRA, 1992). Após a consolidação desse processo, o Estado buscou, também via políticas institucionais, dar fomento ao setor agroindustrial, cujo objetivo era criar um vínculo entre a agricultura e a indústria. Pretendia-se, dessa forma, resolver duas questões fundamentais para a viabilização do padrão de acumulação em vigor: criação e ampliação de mercado para as indústrias do setor moderno, ou seja, as indústrias a montante do setor agropecuário; e geração de divisas, através da exportação dos produtos processados, com maior agregação de valor (PEREIRA, 1995).

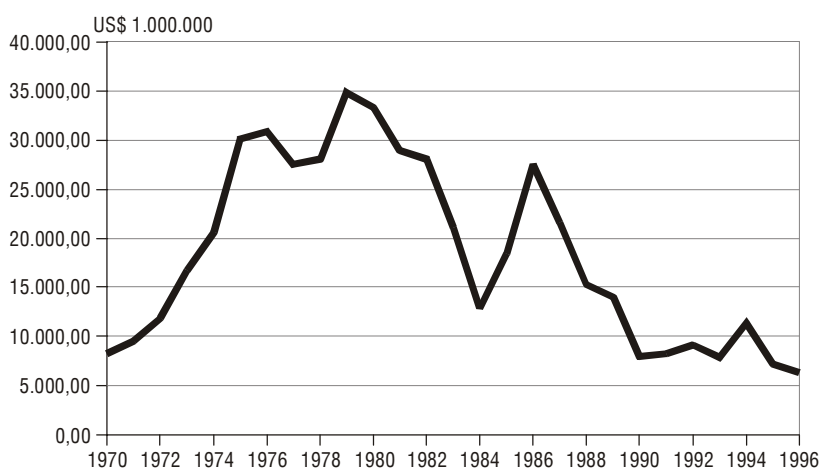
Impulsionada pelas políticas institucionais e pela expansão da soja, ocorreu a expansão das cooperativas agropecuárias, que desempenharam um papel importante no processo de modernização da agricultura paranaense e contribuíram para a transformação da estrutura produtiva do Estado. Essa expansão das cooperativas, além da difusão das novas tecnologias e da formação de infra-estrutura para recebimento, secagem, limpeza,

²BARROS (1982) qualifica esse desempenho como subordinado, por não estar associado a uma política agrícola com objetivos prioritários no próprio setor, como por exemplo renda e emprego.

armazenamento e comercialização dos grãos, deu-se também em direção a uma maior participação na agroindústria alimentar, tanto nos grupos mais tradicionais como, por exemplo, beneficiamento de cafés, cereais e produtos afins, como nos mais modernos: fabricação de produtos de laticínios, abate de animais e óleos vegetais em bruto.

BARROS (1982) ressalta que o programa de crédito rural subsidiado, que foi disponibilizado para atender os objetivos da modernização tecnológica, tornou-se o maior do mundo não-desenvolvido. O comportamento do crédito rural no período 1970-96 está apresentado no gráfico 1, onde se observa que o volume inicialmente cresce, atingindo a maior expressividade no início dos anos 80, oscilando posteriormente, e na década de 90 apresenta comportamento declinante.

GRÁFICO 1 - CRÉDITO RURAL TOTAL - BRASIL - 1970-1996



FONTE: LEITE (1999, p.16)

A política de crédito rural no Brasil pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, de 1965 a 1985, e o segundo de 1985 a 1996. O primeiro período caracterizou-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários, com forte presença do Tesouro Nacional, como fonte originária dos recursos, e atuação do Banco do Brasil, como agente intermediário. Nesse primeiro período, constatou-se que, até os anos 80, a concessão de créditos e subsídios é farta. A partir daí até 1985, ocorreu uma preocupação em reduzir os recursos transferidos, através da indexação dos empréstimos. No segundo período, as facilidades se reduziram, bem como ocorreu uma limitação nos volumes concedidos. No intervalo entre 1986 e 1996, verificou-se uma retração na oferta de recursos. No intervalo 1986-87, em virtude do Plano Cruzado, a oferta foi positiva, porém, no subperíodo seguinte, constatou-se uma contração (LEITE, 1999).

A respeito do volume de crédito destinado às atividades agrícolas do Paraná, PEREIRA e LUGNANI (1991) demonstraram que esse Estado participou com 20% do total para o Brasil. Os autores compararam o montante de crédito com o valor da produção agrícola do Estado por um período de doze anos, de 1973 a 1985. Concluíram que, em oito anos, o valor da participação do montante de crédito no valor da produção foi superior a 70% e, em três, ultrapassou 100%, indicando, portanto, desperdícios e distorções. Essa situação se

expressa também pelo percentual de agricultores que teve acesso ao crédito no Estado (apenas 20% do total dos produtores). O maior volume de crédito estava concentrado nos produtos soja e trigo, os mais importantes do processo de modernização do centro-sul (tabela 1).

TABELA 1 - VALORES REAIS DO CRÉDITO DESTINADO À ATIVIDADE AGRÍCOLA DO BRASIL E DO PARANÁ, TAXAS REAIS DE JUROS E VALORES DOS SUBSÍDIOS DESTINADOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA PARANAENSE - 1973-1985

ANO	CRÉDITO RURAL À ATIVIDADE AGRÍCOLA (Milhões de Cr\$ 1985)		TAXA REAL DE JUROS (%)	SUBSÍDIOS ATIVIDADE AGRÍCOLA PARANÁ	VALOR PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARANAENSE (Milhões de Cr\$ 1985) (B)	A/B
	Brasil	Paraná (A)				
1973	32 843,2	6 790,1	-2.9	196,0	-	-
1974	41 753,7	8 903,8	-17.6	1 567,1	15 659,7	56.9
1975	59 613,2	12 975,7	-14.4	1 868,4	16 897,2	76.8
1976	61 806,7	13 038,2	-24.3	3 168,3	12 878,4	101.2
1977	60 192,7	12 208,6	-19.9	2 492,5	18 258,2	66.9
1978	57 538,2	10 633,7	-18.3	1 946,0	12 452,3	85.4
1979	71 259,7	13 581,5	-33.4	4 536,2	12 978,8	104.6
1980	76 186,3	13 101,8	-42.9	5 620,7	15 369,6	85.2
1981	69 461,1	12 242,9	-28.0	3 428,0	15 747,8	77.7
1982	67 214,7	12 052,2	-30.0	3 615,7	11 717,0	102.9
1983	51 248,4	8 839,8	-23.0	2 033,2	12 004,0	73.6
1984	32 204,1	6 217,4	-5.0	310,9	13 917,8	44.6
1985	47 347,3	8 720,4	-2.0	174,4	17 570,2	49.6

FONTE: PEREIRA e LUGNANI (1991, p.362)

NOTA: Valores corrigidos a preços de 1985.

SILVA (1989) destaca que, após 1979, a base política de sustentação do crédito rural subsidiado se diluiu. De um lado, houve a elevação das taxas inflacionárias, que provocou o aumento dos subsídios implícitos nas taxas nominais pré-fixadas. De outro, ocorreu uma redução drástica do volume de depósitos nos bancos comerciais, que constituíam a fonte básica de recursos do crédito rural.

As cooperativas desempenharam importante papel no repasse do crédito rural, pois captavam esses recursos principalmente do Banco do Brasil. Conforme LIEBHARDT (1982), dos empréstimos rurais concedidos às cooperativas, no período 1971-80, 75,5% foram efetuados pelo Banco do Brasil, e os 25,5% restantes, pelos bancos comerciais, sendo que o custeio e a comercialização representaram 86% em média.

O exposto evidencia que o interesse estatal na modernização da agricultura estava fundamentado no desempenho que o setor poderia representar via montante dos produtos largamente aceitos no mercado internacional. Dessa forma, poderia transformar-se em fonte geradora de divisas, ao mesmo tempo em que constituiria uma estabilidade interna de preços. Os meios para atingir tal transformação estavam alicerçados no crédito rural e nos centros de pesquisas estatais, e a abrangência dessa estratégia, ou seja, o alcance da base produtiva, dar-se-ia de forma mais satisfatória via cooperativismo.

3.2 O ESTADO E O COOPERATIVISMO

Desde o surgimento das primeiras cooperativas brasileiras, a relação entre o Estado e o cooperativismo tem-se mostrado contraditória. Em alguns momentos, essa relação foi marcada por um intervencionismo exagerado, que evidenciava que o Estado utilizava o movimento cooperativista para implementação de suas políticas de desenvolvimento e, em outros, houve total ausência de interesse.

Porém, nenhuma das interferências anteriores provocou tantas transformações quanto a ação estatal, durante o regime militar de 1964 a 1985, em direção ao cooperativismo para a implementação da modernização tecnológica da agricultura.

Paralelamente à ação de incentivos creditícios, foi implantada uma legislação simultaneamente liberal, paternalista e moderadamente intervencionista, que vigorou a partir de 1971³ (PINHO, 1974), eliminando, por um lado, muitas proibições, mas, por outro, mantendo muitos órgãos de controle sobre o cooperativismo, fator alvo de muitas críticas, por provocar um afastamento da tradição doutrinária. A criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)⁴ e a obrigatoriedade de registro das cooperativas nessa entidade, bem como a contribuição cooperativista evidenciaram esse fato. Na esfera estadual, foi criada uma Organização Estadual de Cooperativas (OCE)⁵. A alegação para a criação dessas entidades se baseava numa unicidade do sistema cooperativista.

Em meados da década de 80, as cooperativas agropecuárias, após significativa expansão, desde aquelas que se mantiveram com estruturas tradicionais até as que exibiam modernas e complexas estruturas agroindustriais, passaram a evidenciar graus significativos de endividamento, esgotamento na capacidade de gerar sobras e, conseqüentemente, limitadas possibilidades de manter as mesmas taxas de crescimento apresentadas anteriormente. Conforme já discutido, data de meados dos anos 80 uma redução drástica no crédito disponível e aumentos nas taxas de juros.

A OCB (1999b) argumenta que os planos econômicos provocaram aumentos no endividamento das cooperativas, ao estabelecerem correção das dívidas agrícolas e congelamento dos preços dos produtos agrícolas. Para a OCB, a criação do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop) constituiu o reconhecimento dos impactos negativos dos planos econômicos; das 1.408 cooperativas agropecuárias existentes no Brasil, no ano de 1998, 600 se candidataram a esse programa. No Paraná, das 66 cooperativas agropecuárias, em 1988, 40 tiveram cartas consultas aprovadas pelo mesmo.

Além do endividamento, outra questão merece ser destacada: a mudança na relação Estado/cooperativismo, a partir do final dos anos 80, através da autogestão, com a aprovação da nova Constituição brasileira. A Constituição em vigor⁶ registrou vários avanços para o cooperativismo brasileiro, destacando-se a autonomia das cooperativas, fator que aumentou a responsabilidade do sistema no tocante à autogestão e ao autocontrole. Portanto, a partir desse momento, o cooperativismo passou a depender mais de sua organização interna, da coesão e participação do quadro associativo e das ações integradas, que dos controles e incentivos governamentais (OCB, 1999b).

³Lei nº 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971.

⁴A OCB foi criada em 16 de dezembro de 1971, para atuar como representante legal do sistema cooperativista nacional e como órgão técnico-consultivo do governo, congregando as entidades estaduais constituídas com a mesma natureza OCB (1997, p. 4).

⁵No Paraná, essa organização denomina-se Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar).

⁶A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, no art. 5, inc. XVIII, veda a interferência estatal no cooperativismo. Portanto as funções do Estado se restringem às áreas de incentivos gerais, fomento, estímulo, não podendo mais interferir na vontade autogestionária das cooperativas. Todavia poderá fornecer-lhes estímulos através de incentivos fiscais OCB (1999a).

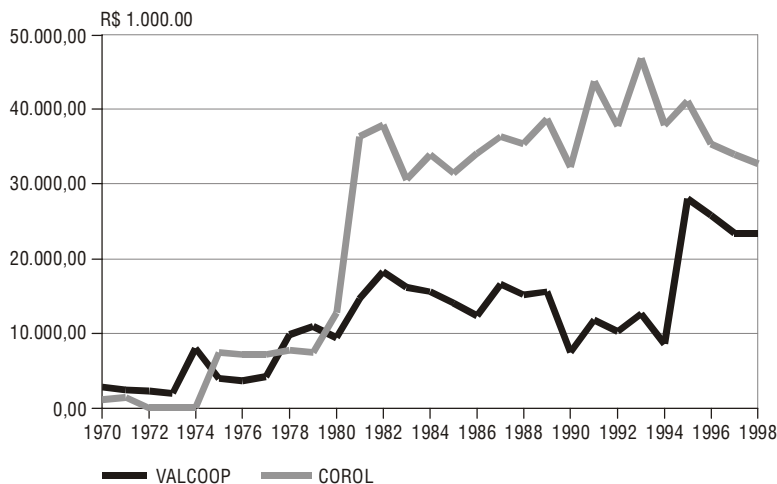
4 OS CASOS DA VALCOOP E COROL

Apresenta-se neste tópico a trajetória da Valcoop e da Corol, no período 1970-98, com o intuito de demonstrar a *performance* de ambas diante do cenário de mudanças em que estavam inseridas e a forma como cada uma evoluiu nesse ambiente dinâmico.

4.1 EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO

No bojo das transformações provocadas pela modernização tecnológica da agricultura, na Região Norte do Paraná, as cooperativas de cafeicultores transformaram-se em cooperativas agropecuárias receptoras de cereais. Nessa região, estão localizadas a Valcoop e a Corol. Observa-se através do gráfico 2 que ambas apresentavam porte pequeno e semelhante no início dos anos 70. Ao longo dessa década, inicia-se um processo de crescimento que se estende até meados da década seguinte, sendo mais expressivo na Corol, que instalou estruturas industriais e passou a processar vários produtos.

GRÁFICO 2 - CRESCIMENTO DO IMOBILIZADO - VALCOOP E COROL - 1970-1998



FONTES: Balanço patrimonial - VALCOOP 1970/98 e COROL 1970/71 e 1975/98

O crescimento dessas cooperativas, mensurado pelo comportamento das imobilizações, reflete a capacidade instalada e produtiva. Constata-se um crescimento mais intenso até aproximadamente o ano de 1982. Internamente, observa-se que ocorreram transformações profundas em direção a um novo perfil operacional, o que as tornou aptas a operar com os novos produtos que começaram a fazer parte integrante da região, principalmente a soja e o trigo. O comportamento dos investimentos traduz a política de expansão e diversificação de atividades empreendidas por ambas, sobretudo pela Corol, que ingressou no mercado agroindustrial. A partir de 1983, o crescimento em direção a novas estruturas ocorre em menores proporções, notadamente na Valcoop, que permaneceu como cooperativa de comercialização.⁷ Essa análise pode ser reforçada pelo comportamento da taxa de crescimento geométrico⁸ do

⁷A elevação do imobilizado no ano de 1994 refere-se à reavaliação patrimonial.

⁸A taxa de crescimento geométrico é o parâmetro b da regressão $\ln Y = a + bt$, onde \ln é o logaritmo neperiano de Y: a) imobilizado; b) patrimônio líquido; c) capital de terceiro; e) tempo. Foi baseado em modelo de BACHA e ROCHA (1998).

imobilizado dessas cooperativas, conforme demonstra a tabela 2. No período 1970-82, o imobilizado da Valcoop cresceu 21% e o da Corol 35%. Um comportamento diferente foi observado no segundo período, de 1983 a 1998. Constatou-se crescimento de 0,9% no imobilizado da Corol e de 2% no imobilizado da Valcoop.

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DO IMOBILIZADO, CAPITAL PRÓPRIO E DE TERCEIROS - VALCOOP E COROL - 1970-1982 - 1983-1998

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)					
	VALCOOP			COROL		
	Imobilizado	Capital próprio	Capital de terceiros	Imobilizado	Capital próprio	Capital de terceiros
1970-1982	21	20	16	35	45	21
1983-1998	2	0,8	7	0,9	0,9	7

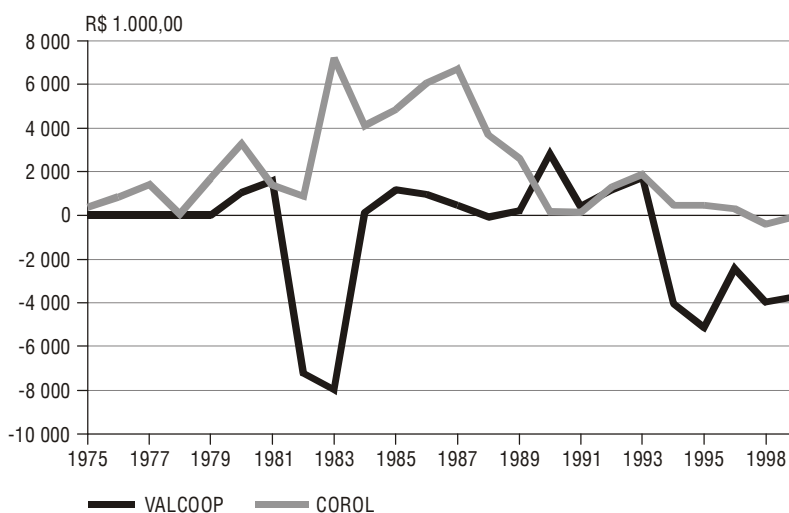
FONTES: Balanço patrimonial - VALCOOP 1970/98 e COROL 1970/71 e 1975/98

4.2 AUTOCAPITALIZAÇÃO E ENDIVIDAMENTO

Busca-se evidenciar, aqui, as fontes que financiaram as inversões efetuadas por essas cooperativas: se tiveram origem interna (autocapitalização) ou se provêm de recursos externos (endividamento).

As sobras operacionais da Valcoop apresentam comportamentos instáveis; em alguns exercícios são significativas e em outros negativas. A Corol apresentou sobras mais expressivas nos anos 80, mas, posteriormente, passaram a declinar até se tornarem negativas nos anos de 1997 e 1998 (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - SOBRES/PREJUÍZOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS - VALCOOP E COROL - 1975-1998



FONTES: Balanço patrimonial - VALCOOP 1970/98 e COROL 1970/71 e 1975/98

A Corol, no período de maior crescimento do imobilizado, apresentou também o maior crescimento de capital próprio e, por sua vez, gerou sobras relativamente superiores aos demais anos. Uma das razões do crescimento do capital próprio nesse período foram as incorporações das sobras por opção das Assembléias Gerais Ordinárias (AGOs). A Valcoop gerou poucas sobras, porém, em vários exercícios, as AGOs deliberaram a distribuição das mesmas.

Analisando distintamente os produtos responsáveis pelo montante das sobras na Valcoop (tabela 3), cabe destaque ao trigo, produto com maior participação relativa, contribuindo com resultados positivos por nove anos consecutivos, de 1985 a 1993, com média de 72% nas sobras operacionais líquidas. A soja também apresentou resultados relevantes, com contribuição média de 11% no período 1984-93. O café foi perdendo importância relativa ao longo do período; milho e algodão apresentaram proporções menos relevantes. A partir de 1994, a Valcoop não conseguiu mais gerar sobras e todos os produtos passaram a apresentar resultados negativos.

Observa-se que as sobras operacionais são mais expressivas nos anos 80, evidenciando também a importância das atividades agroindustriais, pois, a partir de 1983, a agroindústria contribuiu em média com 56% da sobra operacional total, destacando-se a destilaria como a principal fonte geradora, tendo contribuído em média com 46% no período 1983-97 (tabelas 4 e 5). Constatou-se ainda que as sobras oriundas dos produtos agrícolas perderam importância relativa após a implantação da agroindústria, cabendo destacar que os produtos mais representativos foram a soja, o trigo e o algodão. A partir do final da década de 80, as sobras vão decrescendo e nos exercícios referentes aos anos de 1997 e 1998 apresentam prejuízo operacional.

Embora essas cooperativas tenham gerado internamente parte do capital que financiou o seu crescimento, este certamente não teria ocorrido nas proporções apresentadas sem a participação do financiamento estatal. No momento de maior crescimento da estrutura operacional, as cooperativas contavam com um aporte maior de capital de terceiros, conforme pode ser observado na tabela 6, que demonstra o grau de endividamento da Valcoop e da Corol. Ambas apresentam elevados graus de endividamento até aproximadamente 1982, mas revelam significativas diferenças entre os padrões desse endividamento, pois a Valcoop tem maiores graus no circulante, enquanto a Corol, no longo prazo. Observa-se que esse comportamento traduz a política interna dessas cooperativas, sendo que a Corol foi mais cautelosa e provavelmente captou os recursos em condições mais favoráveis, além de internamente também ter tido um esforço maior em direção ao aumento do capital próprio, que nesse período apresentou taxa de crescimento geométrico de 45, conforme demonstra a tabela 2.

O interesse estatal na modernização da agricultura e sua ação em direção ao cooperativismo, através da disponibilização de recursos creditícios, foram fundamentais para as transformações das cooperativas, que rapidamente assumiram um perfil completamente diferente do anterior. Uma análise atenta dos produtos mais expressivos na geração de sobras operacionais líquidas da Valcoop e da Corol evidenciou a importância da soja e do trigo com participações relevantes. Cabe destacar que o setor agroindustrial da Corol passou a gerar maior parcela das sobras operacionais líquidas e que sua implantação ocorreu com a participação estatal em proporções de 80% dos investimentos e 20% através de subscrições de notas promissórias rurais, pelos associados. Os resultados apresentados por essas cooperativas em estudo, no período da implementação da modernização tecnológica, podem ser considerados até certo ponto artificiais, pois, sem o apoio estatal, suas histórias certamente seriam diferentes.

TABELA 3 - SOBRIAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS REAIS DE PRODUTOS SELECIONADOS - VALCOOP - 1982-1998

ANO	TRIGO		ALGODÃO		SOJA		CAFÉ		MILHO		TOTAL (%)		SOBRAS OPERACIONAIS (R\$)
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	Produtos Selecionados	Outros	
1982	-2 097 253,01	(1)	147 869,77	(1)	-845 863,15	(1)	-1 322 752,46	(1)	-1 478 200,28	(1)	(1)	(1)	-7 248 634,65
1983	-7 987 388,52
1984	-296 539,42	(1)	-108 107,70	(1)	-92 829,14	(1)	-42 224,66	(1)	-75 515,84	(1)	(1)	370,34	130 799,63
1985	245 695,59	20,79	113 590,75	9,61	53 997,56	4,57	22 660,91	1,92	70 309,92	5,95	42,84	57,16	1 181 569,28
1986	50 134,38	5,24	98 501,08	10,29	42 954,22	4,49	-23 427,86	(1)	71 889,55	7,51	25,08	74,92	957 324,36
1987	126 895,33	26,56	85 159,57	17,82	51 944,88	10,87	6 114,17	1,28	83 376,59	17,45	73,98	26,02	477 683,01
1988	332 736,09	(1)	-720 837,58	(1)	12 889,78	(1)	33 166,15	(1)	234 379,13	(1)	(1)	(1)	-76 709,58
1989	53 061,77	26,27	47 806,96	23,67	11 542,70	5,71	42 766,73	21,17	5 604,85	2,77	79,59	20,41	201 953,37
1990	725 195,34	25,67	579 426,93	20,51	4 207,58	0,15	17 896,18	0,63	-220 586,01	(1)	39,15	60,85	2 824 515,17
1991	60 888,14	14,59	96 490,93	23,12	46 266,99	11,08	6 726,45	1,61	8 967,49	2,15	52,55	47,45	417 242,92
1992	322 361,49	27,32	272 083,68	23,06	188 453,76	15,97	19 135,98	1,62	154 973,30	13,13	81,40	18,90	1 179 819,68
1993	1 582 146,29	89,56	-949 830,40	(1)	818 228,00	46,32	10 394,08	0,59	134 025,16	7,59	90,29	9,71	1 766 447,69
1994	-1 411 642,32	(1)	-541 807,60	(1)	-883 261,29	(1)	-5 986,04	(1)	-434 930,65	(1)	(1)	(1)	-4 051 933,63
1995	-1 305 150,57	(1)	-8 892,00	(1)	-1 187 699,02	(1)	-99 090,82	(1)	-1 586 783,37	(1)	(1)	(1)	-5 101 273,46
1996	-485 396,69	(1)	-217 986,00	(1)	-385 567,60	(1)	-7 725,40	(1)	-384 011,51	(1)	(1)	(1)	-2 407 447,35
1997	-1 446 092,06	(1)	-38 383,03	(1)	-227 977,65	(1)	-88 041,43	(1)	-941 847,87	(1)	(1)	(1)	-3 970 821,06
1998	-510 005,04	(1)	-27 862,29	(1)	-794 183,49	(1)	-80 039,29	(1)	-27 862,29	(1)	(1)	(1)	-3 698 911,57

FONTE: VALCOOP - Demonstrativo do resultado do exercício 1982/1998

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro 1999 = 100.

Sinal convencional utilizado:

... Dados não-disponíveis

(1) Prejuízo operacional.

TABELA 4 - SOBRIAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS DE PRODUTOS SELECIONADOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA SOBRIAS OPERACIONAL DO EXERCÍCIO - COROL - 1983-1998

ANO	SOJA		TRIGO		CAFÉ		MILHO		ALGODÃO		% TOTAL DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
1983	596.909,26	8,30	65.795,32	0,91	20.088,75	0,27	421.551,29	5,86	75.977,57	1,06	16,40
1984	81.800,90	1,98	8.087,50	0,19	26.326,59	0,63	36.885,38	0,89	1.783,12	0,04	3,73
1985	53.894,78	1,11	79.280,71	1,63	43.595,86	0,90	169.485,42	3,49	878,81	0,01	7,14
1986	103.588,26	1,71	430.294,48	7,12	13.057,11	0,21	283.545,30	4,71	776.253,65	12,86	26,61
1987	496.454,41	7,38	95.465,01	1,42	102.298,09	1,52	608.417,37	9,04	1.193.301,65	17,74	37,10
1988	69.870,29	1,89	17.421,18	0,47	130.392,05	3,53	124.333,15	3,36	1.062.066,42	28,73	37,98
1989	21.516,50	0,81	59.567,59	2,26	92.119,46	3,49	160.526,25	6,08	644.220,75	24,41	37,05
1990	52.400,96	26,81	129.635,62	66,33	19.301,05	9,87	17.636,91	9,02	94.601,88	48,40	160,43
1991	14.401,25	12,14	90.295,02	76,13	13.934,88	11,79	3.068,30	2,59	12.399,94	10,45	113,11
1992	42.928,27	3,35	243.158,01	18,97	38.800,15	3,03	151.539,85	11,82	329.865,76	25,73	62,90
1993	292.404,26	15,56	585.085,75	31,14	62.023,83	3,30	170.095,12	9,05	24.428,92	1,30	60,35
1994	23.379,00	4,91	52.582,81	11,05	26.151,55	5,49	83.463,35	17,54	62.191,62	13,07	52,06
1995	62.341,11	13,16	30.694,74	6,48	67.146,56	14,18	34.369,56	7,26	62.404,86	13,18	54,26
1996	15.683,48	5,24	32.893,28	10,97	14.948,32	4,99	9.690,97	3,23	-120.010,04	(1)	-15,61
1997	56.388,02	(1)	32.556,14	(1)	21.903,70	(1)	38.814,21	(1)	-43.712,20	(1)	(1)
1998	240.285,38	(1)	134.135,99	(1)	44.103,01	(1)	144.162,92	(1)	-31.946,08	(1)	(1)

FONTE: COROL - Demonstrativo do resultado do exercício 1983/1998

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro de 1999 = 100.

(1) Prejuízo operacional.

TABELA 5 - SOBRES OPERACIONAIS LÍQUIDAS DE PRODUTOS AGROINDUSTRIALIZADOS E SERVIÇOS PRESTADOS SELECIONADOS - COROL - 1983-1998

ANO	DESTILARIA		TRANSPORTES PATRULHA MECANIZADA		FÁBRICA DE RAÇÕES E SAIS MINERAIS		POSTO DE ABASTECIMENTO		SUPERMERCADO		TORREFADORA DE CAFÉ		TOTAL (%)			SOBRA OPERACIONAL LÍQUIDA ⁽¹⁾ (R\$)
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	AGRO-INDÚSTRIA E SERVIÇOS	PRODUTOS AGRÍCOLAS	OUTROS	
1983	1 944 696,19	27,03	42 015,68	0,58	8 688,87	0,12	-	-	-	-	-	-	27,73	16,40	55,87	7 194 180,78
1984	3 507 574,58	84,89	3 663,36	0,09	13 440,41	0,32	-	-	-	-	-	-	85,30	3,73	10,97	4 131 658,57
1985	2 701 386,55	55,68	100 648,52	2,07	8 447,31	0,17	9 784,54	0,20	69 351,38	1,43	-	-	59,55	7,14	33,31	4 851 162,40
1986	1 819 927,36	30,15	27 843,47	0,46	221 629,73	3,67	19 673,93	0,33	67 819,39	1,12	-	-	35,73	26,61	37,66	6 037 016,69
1987	909 860,84	13,53	55 068,18	0,82	3 216,90	0,05	42 058,90	0,63	100 188,67	1,49	-	-	16,52	37,10	46,37	6 725 777,52
1988	1 723 490,96	46,62	142,96	0,01	3 294,87	0,09	4 492,59	0,12	57 752,74	1,56	-	-	48,40	37,98	13,62	3 696 957,96
1989	413 211,47	15,66	3 170,02	0,12	15 012,84	0,57	17 207,86	0,65	109 684,15	4,15	276,78	0,01	21,16	37,05	41,79	2 638 852,30
1990	94 134,17	48,16	1 649,64	0,84	15 066,31	7,71	3 662,40	1,87	27 165,57	13,89	-112 839,46	-57,71	14,74	160,43	-75,17	195 442,46
1991	58 210,55	49,07	2 165,95	1,83	1 957,68	1,65	1 790,84	1,51	1 878,88	1,58	-7 608,01	-6,41	49,23	113,11	-62,74	118 610,86
1992 ⁽²⁾	406 063,13	31,68	19 840,10	1,54	8 523,22	0,66	3 779,34	0,29	10 562,01	0,82	29 999,72	2,34	37,33	62,90	-0,23	1 281 844,43
1993	554 639,80	29,52	62 488,65	3,32	14 742,26	0,78	6 941,36	0,37	13 501,51	0,72	56 086,51	2,98	37,39	60,35	1,96	1 879 090,95
1994	113 260,30	23,81	70 908,38	14,90	13 681,08	2,87	5 231,72	1,11	5 662,01	1,19	63 315,98	13,31	58,14	52,08	-10,22	475 711,87
1995	80 409,58	16,98	92 785,08	19,59	38 949,64	8,23	47 853,19	10,11	39 017,97	8,24	57 187,22	12,07	76,37	54,26	-30,63	473 509,52
1996	313 964,72	104,76	9 753,97	3,26	9 783,24	3,27	24 568,90	8,20	14 544,09	4,85	5 229,83	1,75	127,92	-15,61	-12,31	299 707,64
1997	473 825,65	81	21 369,38	81	10 300,12	81	36 319,22	81	28 952,06	81	13 235,57	81	81	81	81	-387 488,40
1998	-427 061,34	81	21 635,44	81	33 719,67	81	95 366,81	81	104 364,57	81	72 873,05	81	81	81	81	-35 778,75

FONTE: COROL - Demonstrativo do resultado do exercício 1983/1998

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro de 1999 = 100.

(1) Sobras ou prejuízos oriundos de produtos agrícolas, produtos agroindustrializados e serviços prestados. Exclui correção monetária e ganhos de capital.

(2) A partir de 1992, usina de açúcar e álcool.

(3) Prejuízo operacional.

TABELA 6 - GRAU DE ENDIVIDAMENTO, VALCOOP/COROL - 1970/1998

ANO	GRAU DE ENDIVIDAMENTO DA VALCOOP			GRAU DE ENDIVIDAMENTO DA COROL		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
1970	2,90	1,43	4,33	0,0	7,70	7,70
1971	2,39	1,62	4,01	0,0	16,51	16,51
1972	5,56	2,68	8,24
1973	4,21	1,86	6,07
1974	5,77	0,68	6,45
1975	8,00	1,02	9,02	0,78	3,86	4,64
1976	3,23	0,86	4,09	0,91	2,29	3,21
1977	2,50	2,08	4,58	0,77	1,34	2,11
1978	0,53	0,84	1,37	2,24	0,36	2,60
1979	1,70	0,61	2,31	2,06	2,26	4,32
1980	3,00	0,21	3,21	2,59	1,16	3,75
1981	2,80	0,07	2,87	1,47	1,02	2,49
1982	7,17	0,20	7,37	0,63	0,48	1,11
1983	0,97	1,04	2,01	0,42	0,17	0,59
1984	0,33	0,43	0,76	0,43	0,08	0,51
1985	0,16	0,14	0,30	0,36	0,03	0,39
1986	0,66	0,03	0,69	0,72	0,05	0,77
1987	0,50	0,11	0,61	0,71	0,08	0,79
1988	0,73	0,35	1,08	0,35	0,08	0,43
1989	0,84	0,24	1,08	0,70	0,11	0,81
1990	2,11	0,14	2,25	2,04	0,21	2,25
1991	1,97	0,06	2,03	0,78	0,08	0,86
1992	2,47	0,05	2,52	1,06	0,03	1,09
1993	3,51	0,08	3,59	1,16	0,22	1,38
1994	1,60	0,05	1,65	1,26	0,21	1,47
1995	0,70	0,31	1,01	1,24	0,42	1,10
1996	0,52	0,28	0,80	1,08	0,02	1,34
1997	0,75	0,26	1,01	1,57	0,28	1,85
1998	1,74	0,28	2,02	1,81	0,21	2,02

FONTES: Balanço patrimonial - VALCOOP 1970/1998 e COROL 1970-1971 e 1975-1998

Sinal Convencional Utilizado:

... Dados não-disponíveis.

Finalmente, torna-se importante salientar que os elevados volumes de créditos destinados às atividades agrícolas tiveram uma relação direta com as cooperativas na medida em que estas representaram o elo entre o repasse das novas tecnologias e o recebimento da produção. As variáveis contábeis analisadas demonstram o elevado volume de capital de terceiros, principalmente no período 1970-82, com predomínio de recursos estatais. A Corol foi mais cautelosa, captando e utilizando esses recursos em momentos mais favoráveis e, dada a sua estratégia em direção à agroindustrialização, gerou maiores proporções de sobras. Conforme já discutido, o setor agroindustrial superou o setor agrícola nesse item. A Valcoop permaneceu como cooperativa de comercialização e, devido à natureza dessa atividade, diante das oscilações mercadológicas, na ausência de políticas de preços mínimos, mostrou-se instável, gerou poucos excedentes e, conseqüentemente, apresentou maior dificuldade de auto-sustentação.

A respeito das dificuldades de autocalificação das cooperativas de comercialização, IPARDES (1983),⁹ citado por DELGADO (1983, p. 87), afirma que "...pequenas cooperativas são cooperativas em crise permanente, com reduzida capacidade de consolidação comercial". As mesmas apresentam um quadro de círculo vicioso, pois geram poucos excedentes e, para aumentá-los, aumentam os encargos sobre os associados, o que os afugenta, fator que as deixa cada vez mais vulneráveis.

No outro extremo, encontramos as cooperativas detentoras de estruturas agroindustriais, que se defrontam com dilemas ligados ao aspecto concorrencial. Para se tornarem competitivas, precisam de constantes investimentos principalmente em tecnologia e, conseqüentemente, demandam um aporte crescente de capital. Essa necessidade esbarra nos princípios doutrinários, pois as cooperativas não têm o lucro como objetivo principal. Outro fator é a complexidade organizacional inerente à verticalização, que provoca um distanciamento do quadro social, pois sua base é formada, na maioria das vezes, por indivíduos com traços culturais que dificultam a compreensão do ambiente concorrencial capitalista. Diante disso, constata-se a redução da identidade do associado com a cooperativa, bem como sua participação limitada em cargos executivos, provocando uma dissociação entre os interesses do corpo associativo e as necessidades da unidade produtora. Diante desse dilema, parece não haver espaço para as cooperativas agropecuárias atualmente.

CONCLUSÃO

A partir dos dados contábeis que demonstraram a capitalização e o crescimento de duas cooperativas agropecuárias, localizadas na Região Norte do Estado do Paraná, foi possível observar que elas viveram dois momentos distintos. O primeiro composto por uma trajetória ascendente, quando ocorreram as transformações estruturais em direção às novas alternativas operacionais, diante da oportunidade oferecida pelo paradigma da "revolução verde". Ainda nesse processo, uma das cooperativas ingressou no mercado agroindustrial. Foi possível fazer uma inferência em relação aos resultados e ao interesse estatal nesse processo. As cooperativas revestiram-se de importantes instrumentos para o alcance da base produtiva e tiveram à sua disposição um aporte significativo de capital oficial, subsidiado. Nesse momento, o Estado buscava a estabilização da economia através do desempenho do setor primário. Internamente, as cooperativas visualizaram uma nova oportunidade e promoveram as transformações para se tornarem aptas a operar com novos produtos, principalmente a soja e o trigo, culturas que passaram a fazer parte do cenário agrícola da região centro-sul. A opção pela agroindustrialização, por parte de algumas cooperativas, ocorreu em direção ao aumento na geração de sobras. Nessa ocasião, houve um espaço que foi ocupado pela agricultura no contexto das políticas públicas.

Como o interesse estatal pela agricultura foi passageiro, observou-se um segundo momento, composto por um ambiente completamente diferente, marcado pela retração do crédito oficial, mudanças na relação Estado/cooperativismo, que ocorreu com a Constituição de 1988, e posteriormente pelo agravamento do aspecto concorrencial dada a abertura da economia.

⁹IPARDES. *Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense: um estudo de caso*. Curitiba, 1983.

As cooperativas objeto deste estudo de caso apresentaram uma trajetória ascendente no primeiro momento e descendente no segundo. Internamente, foi possível constatar as angústias e as buscas por alternativas para suprimir o quadro extremamente crítico que foi se agravando, principalmente depois de meados dos anos 90. A cooperativa de comercialização, dependente unicamente das atividades primárias, sofreu da própria natureza dessa atividade, por ser de extremo risco. Por outro lado, a cooperativa agroindustrial, embora tivesse se apresentado mais estável, também defrontou-se com aspectos concorrenciais que normalmente dominam esse setor.

Para se manterem competitivas, as cooperativas dependem de novos investimentos, principalmente em tecnologia, porém, dada a escassez de recursos internos e o elevado custo dos recursos externos, sua captação pode tornar a estrutura produtiva inviável e expor as cooperativas a maiores riscos.

Observa-se, atualmente, uma nova realidade e políticas institucionais direcionadas ao cooperativismo, adequadas a esse novo ambiente, que podem constituir elemento favorável à sua manutenção, o que é importante não somente do ponto de vista econômico, mas também social. Por outro lado, torna-se importante salientar que é necessária uma nova mentalidade por parte dos dirigentes administrativos das cooperativas dentro do contexto atual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo C. **Contabilidade intermediária**: de acordo com as novas exigências do MEC para o Curso de Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 1996.
- ALMEIDA, Marcelo C. **Curso básico de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.
- BACHA, J. C. C.; ROCHA, M. O comportamento da agropecuária brasileira, no período de 1987 a 1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, v.36, n.1, p.35-59, 1998.
- BAPTISTA, Margarida. O enfoque neo-schumpeteriano da firma. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25., 1997, Recife. **Anais**. Niterói: ANPEC, 1997. v.2, p.1236-1255.
- BARROS, J. R. Mendonça de. Políticas e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 10., 1982, Águas de São Pedro. **Anais**. Brasília: ANPEC, 1982. p.187-222.
- BENETTI, M. D. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980. Porto Alegre: FEE, 1982. (Teses, 5).
- COROL. **Atas das assembleias geral ordinária e extraordinária**, 1970 a 1998.
- COROL. **Balço patrimonial**: 1970 - 1971 e de 1975 a 1998.
- COROL. **Demonstrativo do resultado do exercício**: 1970-1971 e de 1975 a 1998.
- COROL. **Estatuto Social**. (vários anos).
- COROL. **Relatório anual de atividades**, 1980 a 1992.
- COROL. **35 anos da COROL**. Rolândia, 1998.
- DELGADO, N. G. Capitalização e crescimento de uma grande cooperativa do Paraná: o caso da COCAMAR - 1969-82. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v.4, n.1, p.65-89, abr.1983.
- FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica na agricultura**: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: CONCITEC: IPARDES: Livraria do Chaim, 1988.
- FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**: de acordo com a nova Lei das S. A, Lei nº 6.404, de 15.12.1976. São Paulo: Atlas, 1989.

IPARDES. **Agroindústria e cooperativas no Paraná**. Curitiba, 1985.

LEITE, Sérgio Pereira. Políticas públicas, padrão de financiamento e agricultura no Brasil (1980-1996). **Debates CPDA**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.8, maio, 1999.

LIEBHARDT, M. E. **O sistema cooperativo agrícola brasileiro**: comercialização, integração vertical e crédito. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1982. (Coleção análise e pesquisa).

MEDEIROS, Natalino H. **A competição Schumpeteriana e a organização cooperativa**: o caso da COCAMAR. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Economia) – USP/FEA.

MEDEIROS, Natalino H. **O cooperativismo agrícola e a (sua) fragilidade estrutural**. Maringá: UEM, 1998. (Texto para discussão, 40).

OCB. **Anuário do cooperativismo brasileiro**. Brasília, 1997.

OCB. Documentos temáticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 11., 1997, Brasília. **Anais**. Brasília: OCB, 1999a. p.31-81.

OCB. **RECOOP – o que é e como vai funcionar**. Disponível em <http://www.ocb.org.br/> Acesso em 13 out. 1999b.

OCEPAR. **Cooperativas e agroindústria no Paraná**. Curitiba, 1990.

PARTICIPAÇÃO decisiva. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro: FGV, v.18, n.12, p.22-25, dez.1998.

PEREIRA, L. B.; LUGNANI, A. C. Novos rumos da agricultura paranaense na década de 80. **Estudos Econômicos**, São Paulo: USP/IPE, v.21, n.3, p.351-378, set./dez.1991.

PEREIRA, Laércio B. O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, v.30, n.2, p.115-133, abr./jun.1992.

PEREIRA, Laércio B. A análise da estrutura produtiva e do desempenho da agroindústria paranaense: período 1970-85. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, v.34, n.2, p.31-49, nov./dez.1995.

PINHO, D. B. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico. In: UTUMI, Américo et al. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

RANKING das cooperativas. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro: FGV, v.18, n.10, p.35, out.1998.

SCHENEIDER, J. O. Democracia, participação e autonomia cooperativa. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: UNISINOS, v.26, n.29/30, 1991.

SILVA, J. Graziano da. A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, v.27, n.3, p.309-325, jul./set.1989.

VALCOOP. **36 anos de cooperativismo**. Londrina, 1992.

VALCOOP. **Atas das assembleias geral ordinária e extraordinária**: 1970 a 1998.

VALCOOP. **Balanco patrimonial**: 1970 a 1998.

VALCOOP. **Demonstrativo do resultado do exercício**: 1970 a 1998.

VALCOOP. **Estatuto Social**. (vários anos)

VALCOOP. **Relatório anual de atividades**: 1982 a 1998.